EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação lato sensu em Educação Integral e Integrada visa aperfeiçoar professores e profissionais da educação de modo a compreender e implementar programas de educação integral e integrada nas práticas pedagógicas das escolas de educação básica no País. Buscamos apoio dos mais renomados cientistas da área, objetivando a formação por excelência, desses profissionais. Nessa perspectiva, pode-se evidenciar que o profissional que atua nessa área, necessita estar permanentemente em qualificação, e em vista disso, oferecemos o curso em questão, objetivando esta formação, com base em um corpo docente qualificado e nas condições estruturais da nossa instituição.

OBJETIVO

Qualificar profissionais para atuarem na ampliação de diferentes espaços educativos, das novas gerações, para além dos espaços escolares.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

4723	**Legislação para Educação Integral**	**45**

APRESENTAÇÃO

Dimensões do Sujeito. Direitos de Aprendizagem. Áreas do Conhecimento. Saberes do Território. Ensino-aprendizagem na cidade. Cartografia. Circuito de aprendizagem no território. Criação de bonecos para a equidade racial. Cultura imaterial na prática. Dê asas ao protagonismo infanto juvenil. Letramento e cultura digital. Construção

de games com arduíno.

OBJETIVO GERAL

Conhecer as práticas pedagógicas para a educação integral.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Pesquisar sobre as práticas pedagógicas para a educação integral.
- Diferenciar letramento e cultura digital.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL
2.PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL
3.LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO NO ENSINO
4.PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EDUCOMUNICATIVA
5.MONITORIA ENTRE ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA
6.MÚLTIPLAS INTERAÇÕES
7.TERTÚLIAS DIALÓGICAS
8.CONTAÇÃO DE HISTÓRIA INCLUSIVA
9.LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE
SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL

REFERÊNCIA BÁSICA

BONATO, Nailda M. da C. Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira – fase qualitativa: Relatório de Colatina/Espírito Santo. Relatório parcial para construção de relatório final. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. CAVALIÉRE, Ana Maria V. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. Em Aberto,

ENDIPE, 2010, Belo Horizonte. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas e práticas educacionais. 2010. v.1. Mais Educação.

PERIÓDICOS

MAURÍCIO, Lúcia V. Políticas públicas, tempo, escola. In: Educação integral em tempo integral: Estudos e experiências em processo. Petrópolis: DPetAlii/ FAPERJ, 2009.

75	**Pesquisa e Educação a Distância**	**30**

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

4724	**Educação Integral e Novas Tecnologias**	**60**

APRESENTAÇÃO

A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidade locais.

OBJETIVO GERAL

Compreender que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidade locais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar tecnologias colaborativas para facilitar a interação entre alunos, professores e comunidades, permitindo o trabalho em equipe e o compartilhamento de conhecimento de maneira eficaz.
- Promover o desenvolvimento holístico dos alunos, abrangendo não apenas aquisição de conhecimento acadêmico, mas também habilidades socioemocionais, criativas e físicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
ADEQUAÇÕES ESTRUTURAIS PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
INFRAESTRUTURA: OS ESPAÇOS E RECURSOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL
CLIMA: RELAÇÕES, CONFLITOS E ATITUDES NA EDUCAÇÃO INTEGRAL
A EDUCAÇÃO INTEGRAL É UM DEVER DO ESTADO E UM DIREITO DA SOCIEDADE
A ESCOLA E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)
COMUNICAÇÃO
DIREITO À COMUNICAÇÃO
ELEMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A COMUNICAÇÃO HUMANA
AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

REFERÊNCIA BÁSICA

ÁVILA, Maribel Chagas de. Internetês: uma anamnese da história da escrita. Dissertação de mestrado UFMT, 2008.

BELLONI, Maria Luiza. O que é Mídia-Educação. 2. Ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. (Coleção polemica do nosso tempo, 78)

FERREIRO, E. Cultura Escrita e Educação. Porto Alegre: Art Méd, 2000.

FREIRE, P. 1987. Pedagogia do Oprimido. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SACRISTAN, J. Gimeno; GOMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o Ensino. Porto Alegre: Artmed, 1996.

VALENTE, J. A. Aprendendo para a Vida: o uso da informática na educação especial. In: FREIRE, Fernanda Maria Pereira; VALENTE, José Armando. (Orgs.).Aprendendo para a vida: os computadores na sala de aula. São Paulo: Cortez, 2001.

FREINET, C. O jornal escolar. Lisboa: Editoral Estampa, 1974.

PERIÓDICOS

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

76	Metodologia do Ensino Superior	30

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

4725	Políticas e Programas para a Educação em Tempo Integral	60

APRESENTAÇÃO

Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública. O presente tem sistematizar alguns elementos para a análise das políticas de educação integral em tempo integral considerando o ciclo da política pública. O ciclo de uma política pública é composto pelas seguintes fases: agenda, formulação, implementação e avaliação. Por meio de um ensaio teórico, embasado na bibliografia da área de políticas públicas e no acúmulo teórico e empírico acerca da temática, o presente estudo mostra como as políticas de educação integral em tempo integral apresentam-se atualmente na agenda político-educacional brasileira e como vêm sendo formuladas, implementadas e avaliadas. Aponta a relevância de se construir instrumentos e metodologias de análise que melhor captem as necessidades da área. Palavras-chave: Educação em Tempo Integral. Política Educacional. Ciclo de Políticas Públicas.

OBJETIVO GERAL

Refletir sobre a Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Sistematizar alguns elementos para a análise das políticas de educação integral em tempo integral considerando o ciclo da política pública; mostrar como as políticas de educação integral em tempo integral apresentam-se atualmente na agenda político-educacional brasileira e como vêm sendo formuladas, implementadas e avaliadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRÁTICAS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL
CARTOGRAFIA
CIRCUITO DE APRENDIZAGEM NO TERRITÓRIO
CRIAÇÃO DE BONECOS PARA A EQUIDADE RACIAL
CRIAÇÃO DE PERSONAGENS HISTÓRICOS
CULTURA IMATERIAL NA PRÁTICA
ELABORAÇÃO E BANCA DE PROJETOS
EXPEDIÇÃO INVESTIGATIVA
MEMÓRIA SOCIAL
TRILHAS EDUCATIVAS
DÊ ASAS AO PROTAGONISMO INFANTOJUVENIL
CIRCUITOS CRIATIVOS
CRIAÇÃO LIVRE
ESTÚDIO
PESQUISA CRIATIVA

FAB LAB
LETRAMENTO E CULTURA DIGITAL
CINECLUBES EDUCATIVOS
CONSTRUÇÃO DE GAMES COM ARDUINO
CRIAÇÃO DE APLICATIVOS PARA CELULAR
CRIAÇÃO DO PRIMEIRO LIVRO
GAMIFICAÇÃO DA AULA
LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO NO ENSINO
PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EDUCOMUNICATIVA
PROGRAMA DE RÁDIO INFANTIL
MONITORIA ENTRE PARES
GRUPOS DE ESTUDO ENTRE JOVENS
MONITORIA ENTRE ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA
MÚLTIPLAS INTERAÇÕES
PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EDUCOMUNICATIVA
PROGRAMA DE RÁDIO INFANTIL
MONITORIA ENTRE PARES
GRUPOS DE ESTUDO ENTRE JOVENS
MONITORIA ENTRE ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA
MÚLTIPLAS INTERAÇÕES
ESPORTE EDUCACIONAL
FORMAÇÃO DE MEDIADORES DE LEITURA
TERTÚLIAS DIALÓGICAS
PARTICIPAÇÃO EDUCATIVA DA COMUNIDADE
GRUPOS INTERATIVOS
PERSONALIZAÇÃO
CONTAÇÃO DE HISTÓRIA INCLUSIVA
EDUCADOR ORIENTADOR
ESPORTE INCLUSIVO
LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE
RODADA DE PITCHES
SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL
TUTORIA
BANCO DE PRÁTICAS

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. CAVALIÉRE, Ana Maria V. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. Em Aberto, Brasília, v.22, n.80, abr.2009. COELHO, Bernardo Leôncio Moura. A realidade do trabalho educativo no Brasil. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 42 n. 167 jul./set. 2005. Disponível em: . Acesso em: 15 ago. 2010. ENGUITA, Mariano Fernandez. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. Revista Teoria & Educação, n. 4, 1991.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FOUCAULT. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola. 9. ed. 2005. HORA, Dayse Martins. O trabalho didático e as práticas de educação a distância para o ensino superior In: XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE, 2010, Belo Horizonte. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas e práticas educacionais. 2010. v.1. Mais Educação. Disponível em: . Acesso em: 17 dez. 2010. MAURÍCIO, Lúcia V. Políticas públicas, tempo, escola. In: Educação integral em tempo integral: Estudos e experiências em processo. Petrópolis: DPetAlii/ FAPERJ, 2009.

PERIÓDICOS

MENEZES, Janaína S, da S, Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira – fase qualitativa: Relatório de Natal/Rio Grande do Norte. Relatório parcial para construção de relatório final. Rio de Janeiro,

APRESENTAÇÃO

Pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades têm direito à educação dentro do sistema regular de ensino, convivendo com todos os estudantes. A educação inclusiva é aquela que não segrega os alunos com necessidades especiais dos outros estudantes, mas sem deixar de apoiá-los em suas especificidades. Não apenas os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades são beneficiados por este modelo. A educação inclusiva deriva do direito que todos têm de frequentar uma escola pública e de qualidade, e ter suas necessidades específicas de aprendizagem atendidas pela instituição. Assim, pode-se criar ambientes mais propícios à aprendizagem de todos, já que os que enfrentam dificuldades não são apenas os estudantes deficientes, mas muitos dos que estão na sala de aula.

OBJETIVO GERAL

Saber que as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades têm direito à educação dentro do sistema regular de ensino, convivendo com todos os estudantes.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Criar ambientes mais propícios à aprendizagem de todos, já que os que enfrentam dificuldades não são apenas os estudantes deficientes, mas muitos dos que estão na sala de aula; Explicar que a educação inclusiva deriva do direito que todos têm de frequentar uma escola pública e de qualidade, e ter suas necessidades específicas de aprendizagem atendidas pela instituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA – A PERSPECTIVA DAS DIFERENÇAS E DA MANDALA DE SABERES
A POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE
A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE QUALIDADE À LUZ DAS DIFERENÇAS: O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS DAS DIFERENÇAS
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DAS DIFERENÇAS
DE SONHOS, ESPERANÇAS E DESEJOS
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: UM NOVO DESAFIO
HISTÓRICO SOBRE AS UNIVERSIDADES
HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
A INCLUSÃO E O ENSINO SUPERIOR

REFERÊNCIA BÁSICA

ARROYO, M. Trabalho-educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, G. (org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

AZANHA, J. M. P. Autonomia da escola: um reexame. Série Ideias, n.16, São Paulo: FDE, 1993. BOFF, L. Ecologia, mundialização e espiritualidade: São Paulo: Ed. Ática, 2001.

BLOOM, L. A.; J. C. PERLMUTTER et al. The general educator: applying constructivism to inclusive classrooms. Intervention in school and clinic, v. 34, nº. 3, jan. 1999, pp.132-36.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo: Editora Saraiva, 1998.
_____. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, nº. 248, 23/12/1996.
_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino. Brasília, DF, 2003.

FIGUEIREDO, R. V. (Relatório de pesquisa) Gestão da aprendizagem na diversidade. Universidade Federal do Ceará, 2008.

PERIÓDICOS

FIGUEIREDO, R. V. A escola de atenção às diferenças. IN: FIGUEIREDO, R. V. BONETI, L. W.; POULIN, J-R. Novas luzes sobre a inclusão escolar. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2010

4726	Gestão em Educação Integral	45

APRESENTAÇÃO

Gestão Integrada propõe um intercâmbio permanente entre o Currículo, a Avaliação e a Formação, corresponsabilizando escolas e Secretaria por meio de estratégias dialógicas que garantem tanto a autonomia das unidades de ensino, quanto integração destas em uma proposta coletiva para a rede.

OBJETIVO GERAL

Propor um intercâmbio permanente entre o Currículo, a Avaliação e a Formação, corresponsabilizando escolas e Secretaria por meio de estratégias dialógicas que garantem tanto a autonomia das unidades de ensino, quanto integração destas em uma proposta coletiva para a rede.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Apresentar as concepções e as práticas das propostas de ampliação do tempo escolar e buscar entender as problemáticas que envolvem a sua implantação, as influências no cotidiano da escola e as demandas dirigidas às escolas e, especialmente, aos gestores para que o Programa Ensino Integral seja posto em prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ALGUMAS IDEIAS SOBRE “POR ONDE COMEÇAR”
GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

UMA NOVA ARQUITETURA DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL
OS PROCESSOS DE GESTÃO
FORMULAÇÃO DO PROGRAMA
ADESÃO AO PROGRAMA E SUA IMPLEMENTAÇÃO
MONITORAMENTO CONTÍNUO E AVALIAÇÕES PERIÓDICAS
RECURSOS E UNIVERSALIZAÇÃO DAS AÇÕES
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: (RE)CONHECER PROCESSOS E POTENCIALIZAR RESULTADO
POR QUE MONITORAR E AVALIAR?
PLANEJAR, EXECUTAR, MONITORAR E AVALIAR
O USO DE INDICADORES NA EDUCAÇÃO INTEGRAL
INSUMOS, PROCESSOS E QUALIDADE DAS AÇÕES

REFERÊNCIA BÁSICA

CALLEGARI, Cesar (Org.). O Fundeb e o financiamento da educação pública no Estado de São Paulo. São Paulo : Aquariana : IBSA : Apoesp, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998. p. 87-94.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Coord.). Melhoria da educação no município. São Paulo: Peirópolis: Cenpec, 2003.

GOMÀ, Ricard. Processos de exclusão e políticas de inclusão social: algumas reflexões conceituais. In:

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, no. 81, p. 247-270, dez. 2002.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, Vera Masagão; RIBEIRO, Vanda Mendes; GUSMAO, Joana Buarque de. Indicadores de qualidade para a mobilização da escola. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.35, no. 124, p. 227-251, abr. 2005.

PERIÓDICOS

MEC. Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

77	**Metodologia do Trabalho Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4729	Políticas Públicas e Legislação em Educação	45

APRESENTAÇÃO

Política e legislação educacional brasileira para o nível básico: análise contextualizada da atual legislação, da política educacional e dos problemas decorrentes da sua implantação.

OBJETIVO GERAL

Compreender toda e qualquer ação de responsabilidade do Estado, que visa o bem-estar social do povo, tendo como sustentáculo os órgãos políticos e as entidades da sociedade civil. Elas se consolidam num processo de tomada de decisões que decorrem as normas, as regras e as leis de um país.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender que, as Políticas Públicas se consolidam num processo de tomada de decisões que decorrem as leis de um país, assim funciona como um instrumento para melhorar o ensino e aprendizagem validada pela LDB. Você como futuro professor deverá saber que as leis na qual regulamentam o sistema educativo tem o poder de influenciar na formação dos indivíduos através da escola.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL
2.O SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO
3.A EDUCAÇÃO NO TEXTO CONSTITUCIONAL
4.A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO
5.OS SISTEMAS DE ENSINO E SEU FUNCIONAMENTO
6.FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
7.CUSTO ALUNO QUALIDADE (CAQ)
8.O CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
9.ENSINO MÉDIO
10.EDUCAÇÃO INFANTIL
11.COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
12.COMO ESTÁ ORGANIZADO O ENSINO FUNDAMENTAL
13.COMO ESTÁ ORGANIZADO O ENSINO MÉDIO
14.EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA
15.EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
16.EDUCAÇÃO INCLUSIVA
17.EDUCAÇÃO ESPECIAL
18.A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)
19.EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
20.EDUCAÇÃO QUILOMBOLA
21.EDUCAÇÃO NO CAMPO
A POLÍTICA NACIONAL PARA A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇAO

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 05 dez. 2012f.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 18 dez. 2012m.

PERIÓDICOS

BRASIL. Lei nº 12.287, de 13 de julho de 2010. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12287.htm. Acesso em: 17 dez. 2012g.

4732	**Teoria e Prática no Trabalho Por Projetos**	**30**

APRESENTAÇÃO

As duas dimensões de um Projeto: Planejamento e Gestão. Como nasce um Projeto? Definição do problema. Elaborando a justificativa do Projeto. Definição dos objetivos do Projeto. Estabelecendo os resultados esperados do Projeto. Produtos, resultados e impactos de um Projeto. Planejamento orientado pelo escopo do Projeto. Objetivo x Ação x Atividade x Tarefa.

OBJETIVO GERAL

Saber identificar as duas dimensões de um Projeto: Planejamento e Gestão;

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Diferenciar Objetivo x Ação x Atividade x Tarefa em um projeto.
- Conhecer produtos, resultados e impactos de um Projeto;
- Conhecer a definição dos objetivos do Projeto

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.FASES DE UM PROJETO
2.ATIVIDADES TÍPICAS DE CADA FASE - MODELO DE 5 FASES
3.ELABORANDO O PROJETO
4.O PLANO DE AÇÃO
5.PLANEJAMENTO ORIENTADO PELO ESCOPO DO PROJETO

6.CONSTRUINDO O MAPA DO PROJETO: A REDE DE TAREFAS
7.CONTROLANDO, AVALIANDO E ENCERRANDO O PROJETO
8.O CONTROLE DO PROJETO
9.RELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO NAS INSTÂNCIAS (MOMENTOS) DE EXECUÇÃO DE UM PROJETO
PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS O QUE É UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)?

REFERÊNCIA BÁSICA

BAKER, S.; BAKER, K. E. Project management. New York: Alpha Books, 1998.
BOUTINET, Jean Pierre. Antropologia do projeto. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 318p. (Biblioteca Artmed. Fundamentos da educação).
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838p.
MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: transformando idéias em resultados. São Paulo: Atlas, 1997.
MOURA, D.G.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com projetos. Petrópolis: Vozes, 2006.
OLIVEIRA, M. A. M. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BAKER, S.; BAKER, K. E. Project management. New York: Alpha Books, 1998.
MOURA, D.G.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com projetos. Petrópolis: Vozes, 2006.
OLIVEIRA, M. A. M. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

PERIÓDICOS

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838p.
MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: transformando ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 1997.

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Profissionais formados nas áreas de Educação (professores, pedagogos, diretores, coordenadores etc), da saúde (psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais) e áreas afins.